

# **Associação Hospitalar Beneficente do Brasil AHBB**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**

## ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL

### BALANÇO PATRIMONIAL

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 2017 E 2016

ATIVO	REF	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>27.560.459</b>	<b>28.379.763</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	1.245.279	1.648.609
CRÉDITOS A RECEBER	5	15.923.579	17.668.868
OUTROS CRÉDITOS	6	10.228.430	8.513.490
ESTOQUES	7	163.171	548.796
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.314.638</b>	<b>3.833.409</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8	1.788.391	79.641
IMOBILIZADO	9	2.182.787	8.278.132
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-	656.540	4.524.364
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>30.875.096</b>	<b>32.213.172</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>REF</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>22.404.030</b>	<b>24.760.359</b>
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	10	2.685.807	7.516.638
FORNECEDORES	11	554.246	8.387.602
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12	84.151	1.000.564
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13	19.030.466	1.216.145
PROVISÕES	14	-	6.590.050
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15	49.359	49.359
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.943.496</b>	<b>1.336.578</b>
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12	5.030.162	1.129.381
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15	207.197	207.197
PROVISÕES	14	1.706.137	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16</b>	<b>1.527.571</b>	<b>6.116.236</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL		4.819.679	4.819.679
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS		840.431	2.102.634
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	17	4.132.539	3.399.192
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>30.875.096</b>	<b>32.213.172</b>

**PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**

**CONTADORA**

**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**

**CRC: 1SP178150/O-6**

## ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL

EM REAIS		
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM		
	REF	31/12/2017
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>20.266.079</b>
<b>RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUS</b>	<b>18</b>	<b>19.957.278</b>
CONVÊNIO PREFEITURA DE BILAC		842.425
CONVÊNIO PREFEITURA DE GABRIEL MONTEIRO		280.000
CONVÊNIO PREFEITURA DE PIACATU		288.000
CONVÊNIO PREFEITURA DE SANTÓPOLIS		72.000
CONVÊNIO ITAPUI		136.076
CONVÊNIO UTI PROMISSÃO		4.219.237
CONVÊNIO UTI LEONOR		3.484.431
CONVÊNIO UTI MIRANDÓPOLIS		674.929
CONVÊNIO UTI VILA PENTEADO		450.000
CONTRATO DE GESTÃO CUBATÃO		3.500.000
CONTRATO DE GESTÃO CHAPADÃO DO SUL		5.998.658
INTEGRASUS BILAC		11.521
<b>(-)DESCONTOS E ABATIMENTOS</b>	<b>19</b>	<b>- 2.339.729</b>
(-) DESCONTOS E ABATIMENTOS CHAPADÃO DO SUL		- 2.339.729
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>20</b>	<b>2.648.531</b>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		366
DOAÇÕES		156.591
INSS COTA PATRONAL ISENÇÃO		1.132.485
OUTRAS RECEITAS DE CONTINGÊNCIAS		1.359.090
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>20.266.079</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES</b>		<b>20.397.408</b>
<b>(-) CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>22</b>	<b>20.397.408</b>
(-) SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		11.438.741
(-) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS		296.417
(-) SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E DE APOIO		5.187.783
(-) MATERIAIS E MEDICAMENTOS		441.219
(-) UTILIDADES PÚBLICAS		52.199
(-) MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE TERCEIROS		2.648.284
(-) MATERIAIS DE CONSUMO E GERAIS		332.765
<b>(-) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO</b>		<b>- 131.328</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>3.501.354</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>23</b>	<b>3.501.354</b>
(-) SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		489.004
(-) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS		33.157
(-) UTILIDADES PÚBLICAS		629.194
(-) MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE TERCEIROS		253.914
(-) MATERIAIS DE CONSUMO E GERAIS		191.348
(-) DEPRECIAÇÕES		159.677
(-) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES		13.945
(-) DESPESAS COM CONTINGÊNCIAS		1.731.115
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>- 3.632.682</b>
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>24</b>	<b>- 499.856</b>
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		33.647
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		- 533.504
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>- 4.132.539</b>

**PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**

**CONTADORA**

**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**

**CRC: 1SP178150/O-6**

## ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	
<b>EM REAIS</b>	
<b>DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 2017</b>	
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
(+/-) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	-4.132.539
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	-3.867.823
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	-8.000.362
(+/-) VARIAÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	
CRÉDITOS A RECEBER	1.745.289
OUTROS CRÉDITOS	-1.714.939
ESTOQUES	385.625
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-1.708.750
(=) ACRESCIMO/DECRESCIMO ATIVO DE CURTO E LONGO PRAZO	-1.292.775
(+/-) VARIAÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	-4.830.831
FORNECEDORES	-7.833.355
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.984.368
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	17.814.321
PROVISÕES	-4.883.913
(=) ACRESCIMO/DECRESCIMO PASSIVO DE CURTO E LONGO PRAZO	3.250.589
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-6.042.548</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	
(+/-) IMOBILIZADO	
(+) ALIENAÇÃO/VENDA	6.115.427
(-) AQUISIÇÃO/COMPRA	-20.083
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>6.095.345</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	
(+/-) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
(+) CAPTAÇÃO	0
(-) PAGAMENTO / AMORTIZAÇÃO	-442.174
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-442.174</b>
<b>(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	
(+/-) VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	-389.377
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.648.609
<b>(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>1.259.232</b>

**PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**

**CONTADORA**

**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**

**CRC: 1SP178150/O-6**



## ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	4.819.679	- 2.102.634	3.399.192	6.116.236
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2016		2.943.066	- 3.399.192	456.126
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2017			- 4.132.539	4.132.539
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	4.819.679	840.431	- 4.132.539	1.527.571

**PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**

**CONTADORA**

**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**

**CRC: 1SP178150/O-6**

## **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

**(Em Reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Hospitalar Beneficente do Brasil é uma entidade sem finalidade de lucro, de caráter beneficente, com Título de Utilidade Pública Municipal, Título de Utilidade Pública Estadual, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) constituída como associação, de direito privado. Que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social:

- I. Manter, administrar e desenvolver o hospital e seus bens, construir novos, bem como outros estabelecimentos destinados à prestação de serviços de saúde, mantendo, gratuitamente, leitos, serviços sociais e médico-hospitalares para uso público, familiar, sem distinção da condição social, raça, cor, credo ou religião, dentro dos parâmetros e proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos federais, estaduais e municipais e pelos normativos aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.
- II. Prestar assistência integral à saúde, por intermédio de hospitais, ambulatórios, postos de saúde, prontos socorros, serviços especializados de urgência e emergência ou atenção básica que venha a gerir, mantendo-os e provendo-os, assim como de suas dependências, condizentes com o desenvolvimento da gestão na área de saúde.
- III. Desenvolver programas de saúde coletiva e comunitária, podendo realizar ações de imunização, educação em saúde, prevenção e controle de doenças e de orientação sanitária.
- IV. Proporcionar à comunidade assistência médico-hospitalar de alto padrão, dentro das melhores condições possíveis, estendendo-se suas atividades à comunidade como um todo e em especial pessoas carentes.
- V. Propiciar educação e orientação sanitária à comunidade, meios de pesquisa e investigação científica, cooperar no ensino, pesquisa e difusão de conhecimento científico, concernentes à especialização médico hospitalar, farmacêutica, fisioterápica, biomédica, nutricional, odontológica e demais áreas do conhecimento humano, promovendo para isso parcerias e convênios com instituições e entidades congêneres e públicas.
- VI. Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde, podendo manter centros de estudos e de treinamento, escolas, faculdades e promover cursos de especializações e pós-graduação.
- VII. Observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência para o alcance de suas finalidades sociais.

O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades.

## 2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros.

### a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Associação Hospitalar Beneficente do Brasil declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

- i. Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;
- ii. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- iii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iv. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- v. Resolução CFC n.º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- vi. Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- vii. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

### b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

### c) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (\$), que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Associação Hospitalar Beneficente do Brasil atua.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2017.

### a) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

### b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e

registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

**c) Ativos circulantes e não circulantes**

- Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

- Contas a receber de clientes:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques:

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos.

- Imobilizado:

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

- Intangível:

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos direitos.

**d) Passivos circulantes e não circulantes**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**e) Provisões**

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**f) Apuração do Resultado do Período**

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

**g) Receitas e despesas**

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social.

### **Receitas de subvenções custeio**

As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

### **Custos e despesas**

Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

### **h) Doações e Subvenções**

Conforme descrito no Item 9 da Resolução 1.409 que aprovou a ITG 2002(R1), as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em conta específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes.

## **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
Hospital de Bilac	62.476
UTI Promissão	243.158
UTI Leonor	70.824
Itapuí	26
Hospital de Cubatão	202
Sede Administrativa	464.609
UTI Mirandópolis	337.474
UTI Vila Penteadó	66.510
	<b>1.245.279</b>

## **5. CRÉDITOS A RECEBER**

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
Chapadão do Sul	3.825.050
Hospital de Cubatão	12.098.529
	<b>15.923.579</b>

## 6. OUTROS CRÉDITOS

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>
Hospital de Bilac	12.325
UTI Promissão	624.543
UTI Leonor	1.228
Hospital de Cubatão	7.657.124
Sede Administrativa	1.575.702
UTI Vila Penteadó	357.508
	<b>10.228.430</b>

## 7. ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>
Hospital Bilac	4.097
UTI Promissão	40.248
UTI Mirandópolis	118.826
	<b>163.171</b>

## 8. ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>
Hospital de Bilac	46.853
UTI Promissão	37.579
Hospital de Cubatão	1.359.273
Sede Administrativa	344.680
	<b>1.788.391</b>

## 9. IMOBILIZADO

### HOSPITAL DE BILAC

<u>Itens</u>	<u>2.017</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Imóveis	1.528.086	(305.386)	1.222.700
Móveis e Utensílios	80.657	(80.657)	0
Máquinas e Equipamentos	202.322	(162.345)	39.745
Veículos	8.042	(8.042)	0
Equipamentos de Informática	12.397	(9.689)	2.708
Benfeitorias/reformas/ampliação	331.201	(90.421)	247.227
	<b>2.162.705</b>	<b>(655.104)</b>	<b>1.507.601</b>

## Sede Administrativa

Itens	2.017		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Moveis e Utensílios	17.289	(1.389)	15.900
Equipamentos de Informática	2.793	(47)	2.745
	<b>20.082</b>	<b>(1.436)</b>	<b>18.645</b>
	<b>2.182.787</b>	<b>656.540</b>	<b>1.526.247</b>

## 10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição	2.017
Hospital de Bilac	932.695
UTI Promissão	192.850
UTI Leonor	198.742
Sede Administrativa	1.066.218
UTI Mirandópolis	131.465
UTI Vila Penteadó	163.837
	<b>2.685.807</b>

## 11. FORNECEDORES

Descrição	2.017
Hospital de Bilac	358.314
UTI Promissão	139.916
UTI Leonor	9.446
UTI Mirandópolis	45.714
Sede Administrativa	856
	<b>554.246</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

31/12/2017

<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Hospital de Bilac	44.524	203.018
UTI Promissão	11.014	0
UTI Leonor	11.441	0
UTI Mirandópolis	6.570	0
UTI Vila Penteado	7.894	0
Sede Administrativa	2.708	4.827.144
	<b>84.149</b>	<b>5.030.162</b>

## 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>
Hospital de Bilac	9.574
Hospital de Cubatão	14.490.255
Hospital de Chapadão do Sul	2.071.393
UTI Leonor	20.982
UTI Mirandópolis	338.873
UTI Vila Penteado	335.184
Sede Administrativa	1.764.205
	<b>19.030.466</b>

## 14. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO

### HOSPITAL DE CUBATÃO

Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. Este valor foi baixado em 09/02/2017 com o encerramento do contrato.

## 15. EMPRÉTIMOS

### HOSPITAL DE BILAC

31/12/2017

<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Caixa Econômica Federal	115.811	347.432
(Juros S/ Empréstimos a Incorrer)	(66.450)	(140.235)
	<b>49.359</b>	<b>207.197</b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido ou diminuído do resultado do exercício (superávits ou déficits) ocorridos, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

## 17. SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

O superávit ou déficit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14:

	<b>2017</b>
Déficit	(4.132.539)

## 18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES SUS

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>
CONVÊNIO PREFEITURA DE BILAC	842.425
CONVÊNIO PREFEITURA DE GABRIEL MONTEIRO	280.000
CONVÊNIO PREFEITURA DE PIACATU	288.000
CONVÊNIO PREFEITURA DE SANTÓPOLIS	72.000
CONVÊNIOS ITAPUÍ	136.076
CONVÊNIO UTI PROMISSÃO	4.219.237
CONVÊNIO UTI LEONOR	3.484.431
CONVÊNIO UTI MIRANDÓPOLIS	674.929
CONVÊNIO UTI VILA PENTEADO	450.000
CONTRATO DE GESTÃO CUBATÃO	3.500.000
CONTRATO DE GESTÃO CHAPADÃO DO SUL	5.998.658
INTEGRASUS BILAC	11.521
	<b>19.957.278</b>

## 19. DESCONTOS E ABATIMENTOS

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
DESCONTOS E ABATIMENTOS CHAPADÃO DO SUL	(2.339.729)
	<b>(2.339.729)</b>

## 20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	366
DOAÇÕES	156.591
INSS COTA PATRONAL ISENÇÃO	1.132.485
OUTRAS RECEITAS DE CONTINGÊNCIAS	1.359.090
	<b>2.648.531</b>

## 21. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

A Associação Hospitalar Beneficente do Brasil possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), de acordo com a Lei 12.101/2009, no qual usufrui da isenção tributária. Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidades beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições sociais, de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

## 22. CUSTOS DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
HOSPITAL DE BILAC	1.855.835
CONVÊNIOS ITAPUÍ	199.954
CONVÊNIO UTI PROMISSÃO	3.467.186
CONVÊNIO UTI LEONOR	4.152.640
CONTRATO DE GESTÃO CUBATÃO	6.626.023
CONTRATO DE GESTÃO CHAPADÃO DO SUL	2.805.736
CONVÊNIO UTI MIRANDÓPOLIS	739.689
CONVÊNIO UTI VILA PENTEADO	550.345
	<b>20.397.408</b>

## 23. DESPESAS DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS

<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>
HOSPITAL DE BILAC	233.271
CONTRATO DE GESTÃO CUBATÃO	838.366
CONTRATO DE GESTÃO CHAPADÃO DO SUL	611.364
CONVÊNIOS ITAPUÍ	214.011
SEDE ADMINISTRATIVA	1.604.342
	<b>3.504.364</b>

## 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2017
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	33.647
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(533.504)
	<b>(4.132.539)</b>

## 25. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Associação Hospitalar Beneficente do Brasil é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

## 26. CEBAS

Conforme determinação do artigo 4º. da Lei No. 12.101/09 a Associação Hospitalar Beneficente do Brasil - AHBB cumpriu:

- As metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratualização;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos:

- Número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

POSIÇÃO	2017
DESCRIÇÃO	TABWIN
PACIENTES DIA SUS (SIH) *	2
PACIENTES DIA NÃO SUS (CIHA) *	0
QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS (SIA) *	35.217
QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS NÃO SUS (CIHA) *	0
INTERNAÇÕES SUS	100%
AMBULATORIAL SUS	100%
PERCENTUAL SUS FINAL - ANTES DA VERIFICAÇÃO DO ART. 20	100%

## **27. OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS**

Conforme determinação do artigo 40 da Lei No. 12.101/09 a Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D-CEBAS. A Instituição de saúde mantém atualizado seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

---

**PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**

---

**CONTADORA**

**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**

**CRC: 1SP178150/O-6**

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL**
**Análise das Demonstrações Financeiras - Índices Financeiros  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL - AHBB  
Balanco Patrimonial 2017**

<b>LIQUIDEZ CORRENTE / SOLVÊNCIA GERAL</b>			
<b>LIQUIDEZ CORRENTE</b>	<u>Ativo Circulante</u>	27.560.459	= 1,23
	<u>Passivo Circulante</u>	22.404.030	
Indica a capacidade de cumprimento das Obrigações de Curto Prazo Entidade tem R\$ 1,23 para cada R\$ 1,00 de dívida			
	<u>SOLVÊNCIA GERAL</u>		
	<u>Ativo Circ. + Ativo Não Circulante</u>	30.875.096	= 1,05
	<u>Passivo Circ.+Passivo Não Circulante</u>	29.347.526	
Indica a capacidade global para quitar o total das dívidas Entidade tem R\$ 1,05 para cada R\$ 1,00 de dívida			
<b>LIQUIDEZ CORRENTE / SOLVÊNCIA GERAL</b>			
<b>LIQUIDEZ SECA</b>	<u>Ativo Circulante-Estoque</u>	27.397.288	= 1,22
	<u>Passivo Circulante</u>	22.404.030	
Indica a capacidade de cumprimento das Obrigações de Curto e longo Prazo sem levar em consideração estoque Entidade tem R\$ 1,22 para cada R\$ 1,00 de dívida			
	<u>LIQUIDEZ GERAL</u>		
	<u>Ativo Circulante+Realizável a LP</u>	29.348.849	= 1,01
	<u>Passivo Circulante+Exigível a LP</u>	29.347.526	
Indica a capacidade de cumprimento das Obrigações de Curto e longo Prazo Entidade tem R\$ 1,01 para cada R\$ 1,00 de dívida			
<b>RENTABILIDADE TOTAL / ENDIVIDAMENTO GERAL</b>			
<b>RENTABILIDADE DO ATIVO</b>	<u>Superavits Líquido</u>	-4.132.539 x 100 =	-13,38%
	<u>Ativo total</u>	30.875.096	
Indica o retorno que entidade obteve sobre seu investimento total = - 13,38%			
	<u>ENDIVIDAMENTO GERAL</u>		
	<u>Passivo Circ.+Passivo Não Circulante</u>	29.347.526	x 100 = 95,05%
	<u>Ativo</u>	30.875.096	
Indica a dependência de recursos de terceiros no financiamento do Ativo. Capital de terceiros representa 95,05% do ativo			
<b>PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS / RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<u>Passivo Circ.+Passivo Não Circulante</u>	29.347.526 x 100 =	1921,19%
	<u>Patrimônio Líquido</u>	1.527.571	
Indica o endividamento com capital de terceiros sobre capital próprio investido. Capital de terceiros representa 1921,19% do capital próprio			
	<u>RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO</u>		
	<u>Superavits Líquido do Exercício</u>	-4.132.539 x 100 =	-270,53%
	<u>Patrimônio Líquido</u>	1.527.571	
Indica o retorno que entidade obteve sobre seu capital próprio = -270,53%			
<b>GIRO DO ATIVO / MARGEM LÍQUIDA</b>			
<b>GIRO DO ATIVO</b>	<u>Receita Líquida</u>	* 20.266.079	0,66
	<u>Ativo total</u>	* 30.875.096	
Indica que a cada R\$ 1,00 de investimento total gerou um volume de receita de R\$ 0,66.			
	<u>MARGEM LÍQUIDA 12-2015</u>		
	<u>Superavit Líquido do Exercício</u>	* -4.132.539 x 100 =	-20,39%
	<u>Receita Líquida</u>	* 20.266.079	
Indica a representatividade do Superavits ou deficits líquido em relação a Receita líquida = -20,39%			

**PRESIDENTE**
**ANTONIO CARLOS PINOTI AFFONSO**
**CONTADORA**
**LUCIANA GUTIERREZ FERNANDES**
**CRC: 1SP178150/O-6**